

# “ANJOS DA CARIDADE”: AS MULHERES INTEGRANTES DO CENTRO ABOLICIONISTA DE PORTO ALEGRE (SÉC. XIX/ RS)

*“ANGELS OF CHARITY”: THE MEMBERS OF THE ABOLITIONIST CENTER IN PORTO ALEGRE (19TH CENTURY / RS)*

Tuane Ludwig Dhl<sup>1</sup>

## RESUMO

O artigo apresenta um estudo sobre o perfil das mulheres integrantes do Centro Abolicionista de Porto Alegre, denominadas pelo secretário da agremiação como “Anjos da Caridade”. Buscamos compor uma cartografia social das 23 senhoras que identificamos como contribuintes no Centro, desvelando a naturalidade, faixa etária, status civil e filiação do grupo. Para tanto, foram consultadas fontes de naturezas diversas, como habilitações de casamento, registros de batismo e casamento, inventários *post-mortem*, testamentos, processos-crime, cartas de alforrias e imprensa. De modo geral, constatamos que se tratavam de jovens mulheres, sendo a maioria porto-alegrense, recém-casadas ou em vias de contrair matrimônio. Provenientes das classes abastadas e médias, essas abolicionistas tiveram acesso e domínio da cultura letrada, o que as tornou aptas para o exercício das atividades no Centro.

**Palavras-chaves:** Mulheres. Abolicionismo. Centro Abolicionista.

## ABSTRACT

*The article presents a study on the profile of women members of the Abolitionist Center in Porto Alegre, called by the secretary of the association as “Anjos da Caridade”. We seek to compose a social cartography of the 23 ladies we identified as contributors in the Center, in order to unveil the group’s naturalness, age group, civil status and affiliation. To this end, sources of various kinds were consulted, such as marriage qualifications, baptism and marriage records, post-mortem inventories, wills, criminal proceedings, letters of freedom and the press. In general, we found that they were young women, most of them from Porto Alegre, newlyweds or in the process of getting married. Coming from the wealthy and middle classes, these abolitionists had access to and mastered the literate culture, which made them able to carry out activities in the Center.*

**Keywords:** Women. Abolitionism. Abolitionist Center.

---

<sup>1</sup> Doutoranda no Programa de Pós-graduação em História na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Bolsista CAPES/ Prosuc.

## INTRODUÇÃO

O Centro Abolicionista de Porto Alegre foi organizado oficialmente no dia 28 de setembro de 1883, num dos salões do Teatro São Pedro. A iniciativa partiu de Joaquim de Salles Torres Homem e de Júlio Cesar Leal que alegavam a necessidade de aglutinar os esforços abolicionistas existentes na capital, a fim de encaminhar a transformação do trabalho escravo. Aproximadamente dois meses depois da sessão de sua criação, o Centro Abolicionista compôs o diretório e a mesa administrativa exclusivamente com homens provenientes da elite econômica e política local que, por sua vez, ligavam-se aos três principais partidos políticos da época – o Liberal, o Conservador e o Republicano.<sup>2</sup> Reunidos sob a mesma bandeira, eles buscaram garantir para si, tanto a liderança no abolicionismo, como o capital simbólico intrínseco à causa dos escravizados<sup>3</sup>.

No ano de 1883, a agremiação de fato empreendeu poucas ações de efeito prático, dedicando-se mais à promoção de eventos públicos e manifestações de propagandas, como banquetes e discursos notáveis (MOREIRA, 2003, p. 169). Nessa fase, a presença ou participação feminina não foi mencionada nos registros oficiais, tampouco nas publicações da imprensa, ainda que certamente algumas acompanhassem os pais ou maridos. A partir de meados de 1884, entretanto, o que encontramos foi um quadro bem diferente, onde a participação feminina nas atividades do Centro não só foi divulgada, como também incentivada pelos homens da dita agremiação.

Nos registros oficiais do Centro Abolicionista, *Livros de Ouro e de Ata*,

2 Foram nomeados: Coronel Joaquim Pedro Salgado, Joaquim de Salles Torres Homem, Aquiles Porto Alegre, Júlio César Leal, Aurélio Viríssimo de Bittencourt, Dr. Severino Prestes, Dr. Antônio Lara da Fontoura Palmeiro, João Fernandes Damasceno Vieira, Dr. Edmundo Palmeiro Pereira da Cunha, Dr. Joaquim Pedro Soares, Sóter Caio da Silva, Dr. Artur Luiz Cadaval, João Duval, Inácio Vasconcelos Ferreira, João Teófilo Vieira da Cunha, Norberto Antônio Vasques, Antônio Cândido da Silva Job, Leopoldo Masson, Cândido Antônio da Costa e Dr. João Luiz de Andrade Vasconcelos.

Dias depois, reunidos os membros do diretório, ficou assim composta a sua mesa administrativa: Presidente – Coronel Joaquim Pedro Salgado; 1º Secretário - Torres Homem; 2º Secretário - Júlio César leal; Tesoureiro - Norberto Antônio Vasques. (AHPAMV - Câmara Municipal de Porto Alegre, Livro de Assuntos Diversos nº. 10 - O Centro Abolicionista à Câmara Municipal, Porto Alegre em 07 set. 1884, p. 3)

3 A preferência pelo termo “escravizado” ao invés de “escravo”, relaciona-se com os significados e os usos discursivos desses vocábulos. De acordo com Elizabeth Harkot-de-La-Taille e Adriano Rodrigues (2012), o vocábulo escravo conduz ao efeito de sentido de naturalização e de acomodação psicológica e social à situação, reduzindo o ser humano à mera condição de mercadora, como um ser que não decide e não tem consciência sobre os rumos de sua própria. O vocábulo escravizado, por outro lado, remete a um campo mais dinâmico, onde o escravo é sujeito com poder de agir, pensar e até viver por si, de uma situação transitória, não permanente (HARKOT-DE-LA-TAILLE, SANTOS, 2012).

identificamos a presença e a colaboração de vinte e três mulheres.<sup>4</sup> Essas personagens não foram apontadas como integrantes regulares e tampouco eram convidadas formalmente para as reuniões, mas colaboraram com a grande maioria das atividades empreendidas pela agremiação. Na verdade, todas elas integraram as chamadas Comissões Libertadoras. Esses grupos foram estabelecidos numa reunião do dia 6 de agosto de 1884, no salão do Teatro São Pedro, quando o diretório da agremiação nomeou os cavalheiros e as senhoras que seriam responsáveis por promover a libertação dos escravizados em diferentes distritos de Porto Alegre e Pedras Brancas (*Jornal do Comércio*, 07.08.1884, p. 2; *A Reforma*, 08.08.1884; *A Federação*, 08.08.1884, p. 2).

De modo geral, a historiografia sobre o abolicionismo local e regional ainda não se dedicou ao estudo do ativismo feminino. Nos trabalhos sobre o assunto é possível encontrar alguns referências sobre as mulheres do Centro, como nos de Margareth Bakos (1982), Veronica Monti (1985), Paulo Moreira (2003) e Maria Angélica Zubaran (1998). Um pouco mais denso são os estudos de Roger Kittleson (2005, 2006), que se dedicou aos usos discursivos que os representantes da elite política local fizeram da participação feminina na campanha pelo fim da escravidão. Sua argumentação é baseada no que ele chamou de *feminização* do abolicionismo, onde a agência feminina foi incentivada e visibilizada unicamente com o intuito de criar um consenso moderado contra a escravidão e de, assim, driblar as disputas partidárias travadas em torno da causa. Ainda assim, a historiografia existente oferece uma visão limitada e superficial acerca das integrantes do Centro e de sua participação no abolicionismo, conservando uma versão de que os homens foram os únicos ou pelo menos os principais protagonistas nesse processo histórico.

Por tudo isso é que propomos para este artigo apresentar quem foram as mulheres que se envolveram no abolicionismo organizado local por meio do Centro Abolicionista de Porto Alegre. Ou seja, o objetivo é traçar o perfil das vinte e três abolicionistas identificadas, pesquisando quem eram e a qual universo socioeconômico pertenciam.<sup>5</sup>

---

4 O *Livro de Atas* e o *Livro de Ouro* juntos são considerados os documentos que guardam a memória oficial da abolição em Porto Alegre, datada de 7 de setembro de 1884, cerca de quatro anos antes da lei nacional. Ambos os documentos se encontram sob a guarda do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho. No primeiro desses registros encontramos informações sobre a gestão, os integrantes e a descrição de algumas atividades da agremiação; enquanto o segundo foi criado para registrar o nome dos senhores e das senhoras que contribuíram com a assinatura de alforrias aos escravos e escravas que possuíam.

5 A pesquisa sobre o perfil e as práticas abolicionistas das integrantes do Centro Abolicionista faz parte da tese de doutoramento da autora que ainda está em construção.

## 1 OS “ANJOS DA CARIDADE”

As vinte e três mulheres nomeadas pelo Centro Abolicionista nas chamadas Comissões Libertadoras compuseram o coletivo que ficou conhecido publicamente como *Anjos da Caridade*. Essa expressão que nos pareceu ter se tornado síntese do núcleo feminino, foi cunhada pelo secretário do Centro Abolicionista, Joaquim Torres Homem. Tal termo, por si só, já diz muito sobre como as abolicionistas e suas contribuições à campanha local pelo fim do trabalho escravo foram consideradas pelos colegas homens e pela sociedade em geral. O termo *anjos*, na realidade sintetiza o tipo ideal de mulher daquela época, ou seja, a que compreendia seu papel secundário, neste caso no abolicionismo. Além disso, evoca toda uma significação religiosa cristã. Enquanto que o complemento, *caridade*, elucida a natureza moral da função feminina na causa, cujas motivações se deram por suas *naturezas* bondosas, humanitárias e sentimentalistas. A correspondência entre essa visão e a ação concreta das mulheres do Centro não serão discutidas aqui, pois está inserida numa pesquisa maior.

De acordo com a documentação oficial da agremiação, as Comissões Libertadoras para atuação abolicionista em Porto Alegre foram divididas por sexo para os 1º, 2º e 3º distritos e para a Freguesia de Belém:

**Quadro 1 - Composição por distrito, freguesia e gênero das Comissões Libertadoras para Porto Alegre**

Região	Mulheres	Homens
1º distrito	Alice Fontoura	Antônio de Azevedo Lima
	Adelaíde Cardoso	Domingos de Souza Brito
	Amália Haensel	Ernesto Carneiro da Fontoura
	Júlia dos Santos Lara	Germano Hasslocher
	Júlia Dias de Castro	Leopoldo Masson
	Maria Carlota Vieira	Olímpio da Cunha Brochado
	Maria Jesuína Gay	Ramiro Fortes de Barcelos
	Maria Luiza Fernandes	
	Barcellos	
2º distrito	Afonsina dos Reis	Ângelo Inácio de Barcellos
	Cândida de Oliveira Vale	Antônio Neco da Silva
	Carolina Koseritz	Bernardo Figueira
	Elisa Camargo	Edmundo da Cunha
	Júlia Köehler	João Alves Canteiro
	Leopoldina Chaves	Justino Machado da Rocha
	Mathilde Hasslocher	Vicente José Barcelos
	Sofia Veloso	

3º distrito	Francisca Menezes Lara Honorina de Castilhos Ignês Cordeiro Julieta de Oliveira Miguelina Werna Margarida Salgado	Antônio Onofre da Fontoura Cândido Pacheco João Batista de Oliveira Vale José Pedro Alves Júlio de Castilhos Mariano José do Canto Miguel de Werna
Freguesia de Belém	-	Alexandre José Bernardes Camilo José Mendes Ribeiro Francisco Antônio de Barcelos Francisco Pereira José Manuel Correia Sebastião Correia da Silva Serafim Francisco de Souza e Silva

---

Fonte: AHPAMV - Câmara Municipal de Porto Alegre, Livro de Assuntos Diversos n.º 10 - O Centro Abolicionista à Câmara Municipal, Porto Alegre em 07 set. 1884, p. 4-5.

Na mesma reunião de 6 de agosto de 1884, o Centro Abolicionista também compôs comissões por distritos para a região de Pedras Brancas.<sup>6</sup> Para essa localidade, a distinção de gênero não foi necessária, pois, somente uma mulher foi nomeada: Isabel Perpétua Gonçalves.

Levando em consideração o quadro para Porto Alegre e os números referentes ao 1º, 2º e 3º distritos – para onde praticamente todas as mulheres nomeadas foram designadas – notamos que tal presença foi significativa. As senhoras totalizaram 22 comissionadas, enquanto os senhores somaram 21; logo, elas representaram um percentual de cerca de 51%. Diante desses dados, é factível afirmar que as mulheres não constituíram uma presença desprezível em termos estatísticos.

Visando vislumbrar melhor quem foram essas 23 mulheres, buscamos a partir de agora compor uma *cartografia social* delas. Essa cartografia social assemelha-se ao método prosopográfico, mesmo que a sua plena execução encontre muitos percalços, devido ao caráter fragmentado dos indícios biográficos encontrados sobre essas mulheres, militantes da campanha abolicionista local:

---

6 Cabe mencionar que a freguesia de Pedras Brancas (criada pela lei provincial n.º 358, em 17.02.1857) pertencia a Porto Alegre, mas ficava na outra margem do rio Guaíba, sendo uma região eminentemente rural. Esse local emancipou-se da capital do Estado apenas em 1926. (FORTES & WAGNER, 1963, p. 257).

A prosopografia é a investigação das características comuns de um grupo de atores na história, por meio de um estudo coletivo de suas vidas. O método empregado constitui-se em estabelecer um universo a ser estudado e então investigar um conjunto de questões uniformes – a respeito de nascimento e morte, casamento e família, origens sociais e posição econômica herdada, lugar de residência, educação, tamanho e origem da riqueza pessoal, ocupação, religião, experiência profissional e assim por diante. Os vários tipos de informações sobre os indivíduos deste universo são então justapostos, combinados e examinados em busca de variáveis significativas. Eles são testados com o objetivo de encontrar tanto correlações internas quanto correlações com outras formas de comportamento ou ação (STONE, 2011, p. 115).

Ainda que façamos somente uma aproximação à prosopografia, é necessário apontar que nos guiamos por alguns de seus princípios, especialmente no que tange à construção de um *questionário biográfico* como ponto de partida para o estudo da *população* estabelecida (CHARLE, 2006). No nosso caso, tratando-se a investigação sobre as abolicionistas integrantes do Centro Abolicionista de Porto Alegre, pontuamos os seguintes itens: naturalidade, faixa etária, status civil e filiação. As informações coletadas foram dispostas numa tabela no *Excel*, da qual, posteriormente, extraímos os dados a serem apresentados.

O nome foi o que nos guiou nos arquivos e nas fontes à procura das informações sobre as referidas abolicionistas. Consideramos que as linhas que convergem para o nome e que dele partem” formam “uma malha fina” que dá “ao observador a imagem gráfica do tecido social em que o indivíduo está inserido” (GINZBURG, 1989, p. 175). Assim, a pesquisa nominal, nesses moldes, contribuiu para a visualização das ativistas da abolição tanto em suas individualidades, como em suas redes de sociabilidades.<sup>7</sup> As *vicissitudes biográficas* dessas fragmentadas trajetórias, nos permitiram visibilizar essas mulheres em suas aparições na cena pública marcada pela campanha pela emancipação dos cativos, nos últimos anos do Império.<sup>8</sup>

7 A investigação das redes de sociabilidades ocorrerá através da identificação dos grupos familiares e das relações políticas, sociais e econômicas existentes entre eles. Tratam-se de quadros incompletos que, na verdade, servem-nos para endossar tanto o pertencimento das abolicionistas aos mesmos estratos sociais, como para a convivência delas nos mesmos espaços culturais citadinos.

8 Quando falamos em trajetórias, pensamos como ensinado por Pierre Bordieu (1998, p. 189-190): “[...] como uma série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo), em um espaço ele próprio em devir é submetido a transformações

Ainda que a aproximação ao perfil coletivo das mulheres abolicionistas do Centro seja o principal objetivo neste artigo, é necessário destacar que, por se tratar de um grupo pequeno, em alguns momentos será proposta uma análise mais individualizada. Até porque, sobre algumas dispomos de bem mais informações que outras, o que nos permitiu um vislumbre melhor de certas personagens. Nesse ponto, estamos nos baseando na ideia de que deve ser papel do historiadores captar a complexidade da realidade humana por meio de uma narrativa que demonstre a utilização consciente dos recursos materiais e imateriais pelos indivíduos históricos, mostrando-os agindo dentro de suas realidades normativas, muitas vezes opressora (LEVI, 2000). Assim, buscando estudar a racionalidade humana em sua pluralidade e (in) coerência, é que não pensamos nas 23 abolicionistas como um grupo homogêneo.

As fontes utilizadas para atender aos pressupostos teóricos-metodológicos alinhados acima foram de naturezas variadas. No geral, procuramos pelos nomes das abolicionistas e de seus familiares mais próximos em habilitações de casamento e em registros de batismo e casamento do Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre (AHCMPA), e no banco de dados do Arquivo Público do Rio Grande do Sul (APERS) - onde basicamente destacaram-se os inventários *post-mortem*, testamentos, processos-crime e cartas de alforrias. A imprensa também foi de grande valia, possibilitando-nos, sobretudo, uma aproximação ao universo socioeconômico dessas mulheres. Nosso olhar sobre essas fontes foi substancialmente qualitativo, ficando restrito às informações biográficas que procurávamos. Mesmo assim, o perfil traçado sobre os “Anjos da Caridade” é incompleto, de modo que não conseguimos dispor de todas e das mesmas informações para cada uma das integrantes desse grupo. Isso justifica o fato dos quadros e das tabelas construídos não apresentarem sempre as mesmas personagens.

O principal percalço encontrado nessa etapa da pesquisa referiu-se à grande quantidade de homônimos existentes em relação a alguns nomes mais comuns das mulheres do Centro. Ocasionalmente conseguimos contornar tal dificuldade tendo por base a identificação temporal dos documentos ou tendo por referência o nome de familiares da senhora. Por outro

---

incessantes. [...] Os acontecimentos biográficos definem-se antes como alocações e como deslocamentos no espaço social, isto é, mais precisamente, nos diferentes estados sucessivos da estrutura da distribuição dos diferentes tipos de capital que estão em jogo no campo considerado. [...] Isso é, não podemos compreender uma trajetória, a menos que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou; logo o conjunto de relações objetivas que vincularam o agente considerado ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo é que se defrontaram no mesmo espaço de possíveis”.



lado, principalmente por esse motivo, não conseguimos rastrear nenhuma informação sobre as vidas de Afonsina Isabel dos Reis, Francisca de Menezes, Inês Cordeiro, Julia dos Santos Lara e Maria Luiza Fernandes Barcelos. Sobre elas, tivemos acesso somente ao que foi publicado na imprensa acerca de suas atuações no movimento abolicionista.

## 2 O PERFIL DAS ABOLICIONISTAS

Das 23 mulheres que integraram o Centro Abolicionista, conseguimos rastrear dados de caráter civil referentes à 14 delas. No quadro abaixo, dispomos informações sobre a naturalidade, faixa etária e status civil das abolicionistas referentes ao momento histórico em que elas ingressaram a referida agremiação, ou seja, agosto de 1884:

**Quadro 2 – Naturalidades, idades e status civis das abolicionistas no momento de ingresso ao Centro Abolicionista**

Abolicionista	Naturalidade	Idade	Status civil
Alice Fontoura	-	-	Casada
Amália Haensel	Rio Pardo	20 anos	Solteira
Cândida de Oliveira Vale	Porto Alegre	28 anos	Solteira
Carolina Koseritz	Porto Alegre	19 anos	Solteira
Clara de Abreu e Silva	Porto Alegre	19 anos	Solteira
Isabel Perpétua	-	63 anos	Viúva
Honorina Costa Castilhos	Cruz Alta	22 anos	Casada
Júlia Dias de Castro	Porto Alegre	19 anos	Solteira
Júlia Köehler	-	-	Casada
Leopoldina Chaves	-	-	Solteira
Margarida Salgado	Porto Alegre	21 anos	Casada
Maria Carlota Vieira	Porto Alegre	-	Solteira
Maria Jesuína Araponga Gay	São Gabriel	19 anos	Casada
Maria Miguelina Werna	Porto Alegre	17 anos	Solteira
Maria Mathilde Hasslocher	Porto Alegre	23 anos	Solteira
Sofia Veloso	Porto Alegre	28 anos	Casada

Fonte: elaboração da autora.



Podemos observar que a faixa etária das abolicionistas variou entre 17 a 63 anos, sendo a mais jovem Miguelina Werna e a mais velha Isabel Perpétua Gonçalves. Também é notório que a maioria das abolicionistas, na verdade, tinha em torno de 20 anos. Apenas três delas não nasceram em Porto Alegre, caso de Amália Haensel, Honorina Castilhos e Maria Jesuína Gay que eram naturais, respectivamente, de Rio Pardo, Cruz Alta e São Gabriel. Sobre Alice Fontoura, Isabel Perpétua Gonçalves, Leopoldina Chaves e Julia Köehler infelizmente não encontramos tais informações. Pelo que nos foi possível verificar, todas eram, senão *brancas*; *socialmente brancas*, uma vez que não encontramos identificação de cor nos registros históricos sobre elas.<sup>9</sup> Característica que, com a análise do perfil socioeconômico familiar delas, ficará ainda mais evidente.

Em relação ao status civil, a maioria era solteira (9 mulheres), algumas casadas (6 mulheres) e apenas uma viúva. Em relação às senhoras, Sofia Veloso já era casada desde 1875 com Francisco José Veloso;<sup>10</sup> Margarida Salgado e José Cristino Bittencourt uniram-se em 1881<sup>11</sup> e Maria Jesuína Araponga e Nemézio Gay, em 1882.<sup>12</sup> Quanto ao casamento de Alice Fontoura, ocorrido em maio de 1884, com Silvio Ferreira Rangel, não encontramos *habilitação matrimonial*. Entretanto, deparamo-nos com a informação numa

---

9 Compreendemos a própria branquitude com uma construção e não como algo que está naturalmente compreendido na realidade social (CARDOSO, 2014; ROEDIGER, 2013; SCHUCMAN, 2012; WARE, 2004).

10 Quando se casou, Sofia era órfã e menor de idade, dessa forma, além dos trâmites eclesiásticos, o casamento dela com Francisco também teve de atender às diligências do Juízo de Órfãos de Porto Alegre. Foi o irmão mais velho e seu tutor, Antônio Paradedá, que encaminhou a licença para tal matrimônio (AHCMPA – Ano: 1875, nº 128, caixa: 285, noivo: Francisco José Veloso, noiva: Sofia Paradedá Veloso).

11 José Cristino Bittencourt, foi batizado na Freguesia de Nossa Senhora do Rosário em 10 de outubro de 1849. Nasceu em 24 de junho de 1849, era filho legítimo de Francisco Antônio da Silva Bittencourt e Maria Tereza Pinheiro Bittencourt, seus avós paternos eram Elesbão da Silva Bittencourt e Tereza José de Bittencourt, e maternos o Visconde e a Viscondessa de São Leopoldo (AHCMPA – Ano: 1881, nº 233, caixa: 302, noivo: José Cristino Pinheiro Bittencourt, noiva: Margaria Carlota Salgado).

12 Nemézio Gay foi integrante da Sociedade Emancipadora Rio Branco. Ele era reconhecido como filho natural ilegítimo de um padre, o Cônego Honorário João Pedro Gay.

João Pedro Gay era Vigário Colado da Freguesia de São Francisco de Borja em Missões e de Uruguaiana. Possuía em São Borja um campo de meia légua de extensão e 14 de largura, quase todo fechado. Vigário da Vara, Juiz de Casamentos de Uruguaiana (1881), sócio correspondente dos Institutos Históricos e Geográficos Brasileiro e Rio Grandense, Oficial da Imperial Ordem da Rosa, Cavaleiro da de Cristo, Condecorado com a medalha da Capitulação de Uruguaiana. Nasceu em Altos Alpes (20.11.1815) e faleceu em Uruguaiana (19.05.1891); ordenado sacerdote na França, professor de Matemática e Francês, historiador. (AHRG - Requerimentos, maço 101 (1863), 163 (1873) e 198 (1881) / Villas-Bôas, Pedro. Notas de Bibliografia Sul-Rio-Grandense. Porto Alegre, IEL, 1974:212 e Martins, Op. Cit., 1978: 244).

nota na imprensa, na qual foi noticiado que a cerimônia ocorreu num “oratório particular” (*A Federação*, 11.05.1884, p. 1). Tais aspectos, então, sugerem-nos que possivelmente os noivos não fossem católicos. Desse grupo de casadas, somente Honorina Castilhos era mãe, tendo dado a luz a primeira filha, Júlia Prates de Castilhos, em abril de 1884 - fruto do matrimônio com Júlio Prates de Castilhos, ocorrido em Pelotas, em 1883.<sup>13</sup>

A pesquisa nas habilitações matrimoniais do AHCMPA foi bastante relevante na investigação do status civil, pois por intermédio dela pudemos identificar quando e com quem algumas delas eram desposadas e também que seis das solteiras não demoraram a contrair matrimônio.<sup>14</sup> A documentação referente apresentou datas entre 1884 a 1886. Júlia Dias de Castro<sup>15</sup> casou-se no fim de 1884, Clara de Abreu e Silva,<sup>16</sup> Maria Mathilde Hasslocher<sup>17</sup>

13 Além de Júlia, o casal teve mais três filhas – Eugênia, Otilia e Ambrosina – e dois filhos – Honório e Edmundo.

14 O período anterior as núpcias, quando os nubentes buscavam observar as normativas e conseguir a autorização eclesiástica para casarem-se, refletem-se nas fontes conhecidas, então, como *habilitações de casamento*. Tais documentos eram forjados por três motivos principais: para investigar denúncias sobre a existência de impedimentos entre os noivos e/ou para fins de comprovação documental do batismo e/ou para requerer licenças para a forma da realização da cerimônia propriamente. As questões de natureza documental constituíam boa parte dos motivos pelos quais um processo de habilitação matrimonial era forjado, levando em conta, ao menos, aqueles que se observou para essa pesquisa. Os principais documentos exigidos pela Igreja para o casamento eram as certidões de batismo dos noivos e, se um deles fosse viúvo, a certidão de óbito do cônjuge falecido. Quando os nubentes haviam sido batizados na paróquia em que iriam contrair núpcias, não havia problema, uma vez que toda documentação eclesiástica ficava sob guarda da própria instituição. Porém, quando eram freguesias distintas, era necessário entrar com requerimento junto ao provisor do bispado solicitando que a certidão fosse copiada e enviada ao pároco responsável pelas núpcias. Por isso que em algumas *Habilitações de casamentos* encontramos e transcritas as certidões de batismo de um ou mesmo dos dois noivos. O mesmo procedimento deveria ser observado nos casos de comprovação da viuvez com a certidão de óbito.

15 O então futuro esposo de Júlia Dias de Castro era Carlos Lisboa, natural de Porto Alegre, batizado na Igreja Nossa Senhora Madre de Deus em julho de 1859, sendo filho legítimo de Francisco Pereira da Silva Lisboa e de Juliana Mafalda Araújo Lisboa. (AHCMPA – ano: 1884, caixa: 67, noivo: Carlos Lisboa, noiva: Júlia Dias de Castro). Carlos era médico, tendo trabalhado ao longo da vida no Hospício São Pedro e em sua clínica particular. Morreu em 1888, com cerca de trinta anos de idade, vítima de “enfermidades”. (*A Federação*, 27.04.1888, p. 2).

16 Clara de Abreu e Silva casou-se com João Pereira Machado, natural de Porto Alegre, nascido em 28 de maio de 1858 e batizado na freguesia de Nossa Senhora Madre de Deus. Seus pais eram João Pereira Machado e Iria Vilhena Loureiro Machado, também naturais da dita capital. (AHCMPA – ano: 1885, nº 222, caixa: 316, noivo: João Pereira Machado Filho, noiva: Clara de Abreu e Silva).

17 Ela casou-se com Artemon Mazoner, filho de Artemon Mazoner (já falecido naquele ano; era natural da França) e de Maria Aurora Mazoner. O noivo nasceu em Rio Grande, no dia 27 de março de 1852, tendo sido batizado na Madre de Deus de Porto Alegre, em 24 de junho de

e Maria Carlota Vieira<sup>18</sup> no decorrer do ano de 1885 e, em 1886, Leopoldina Chaves<sup>19</sup> e Miguelina Werna.<sup>20</sup> Seguiam elas, assim, o curso apropriado para mulheres (principalmente de elite) do século XIX: a constituição da vida conjugal e familiar.

A análise das *habilitações matrimoniais* também permitiu uma aproximação à religiosidade das abolicionistas e suas famílias, indicando-nos que pelo menos nove delas eram católicas e paroquianas nas três principais freguesias de Porto Alegre: Nossa Senhora Madre de Deus, Nossa Senhora do Rosário e na Nossa Senhora das Dores. Ainda que não tenhamos investigado muito sobre o assunto, sabemos que no grupo também tinham àquelas ligadas às religiões evangélicas (família Koseritz), protestantes e até mesmo ao espiritismo.

Tais apontamentos também revelam que as abolicionistas residiam nas zonas centrais da capital sul-rio-grandense, estando praticamente todas elas muito próximas, também, geograficamente. Sendo um número significativo das senhoras filhas ou esposas de homens públicos de Porto Alegre – adiante falaremos sobre o assunto – foi fácil rastrear seus endereços. Além disso, durante os preparativos da quermesse, algumas das que se tornaram organizadoras do evento noticiaram a localização de suas casas para que as pessoas pudessem remeter suas doações. Com base em tal investigação, delimitamos a seguinte área na planta onde elas certamente moravam e circulavam:

---

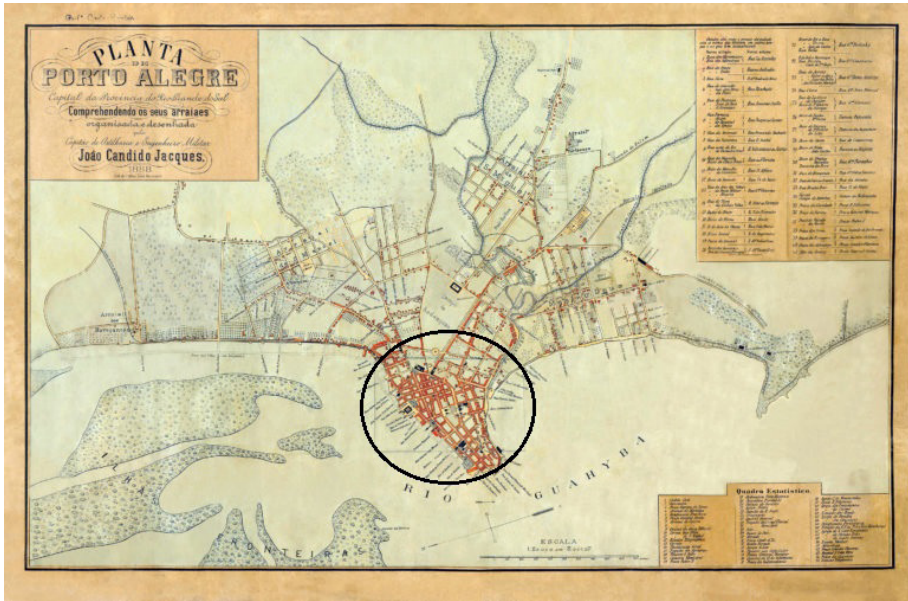
1853 (AHCMPA – ano: 1885, nº 338, caixa: 317, noivo: Artemon Mazon, noiva: Maria Matilde Hasslocher).

18 O futuro noivo era Carlos Bastian, filho legítimo de João Bastian e de Cristina Carolina Bastian, natural da província, católico e residente na freguesia Madre de Deus (AHCMPA - ano: 1885, nº 203, noivo: Carlos Bastian, noiva: Maria Carlota Vieira).

19 De fato não encontramos a habilitação de casamento referente ao casamento de Leopoldina Chaves com Argemiro, mas no jornal *A Federação* (02.01.1886, p. 1), foi publicado uma nota sobre o casamento do colega: “unem-se hoje em matrimônio o nosso correligionário político dr. Argemiro Galvão e a exma. jovem Leopoldina Chaves, filha do sr. Joaquim Gonçalves Chaves, negociante desta praça”.

20 Casou-se com João da Mota Coelho, nascido em 08 de fevereiro de 1855, paroquiano na Igreja Madre de Deus, filho legítimo de José Antônio Coelho Júnior (natural de Porto Alegre) e de Dona Maria Elvira da Silveira Coelho (natural do Rio Pardo). (AHCMPA - ano: 1886, nº 193, caixa: 319, noivo: João da Mota Coelho, noiva: Maria Miguelina Werna).

**Figura 1 - Área aproximada de residência das integrantes do Centro Abolicionista, delimitada sobre a planta da cidade de Porto Alegre e seus arraiais de 1888**



Fonte: Preservação do acervo cartográfico do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Disponível em: [https://www.ihgrgs.org.br/mapoteca/cd\\_mapas\\_rs/CD/CapVII.htm](https://www.ihgrgs.org.br/mapoteca/cd_mapas_rs/CD/CapVII.htm). Acesso em: 30.06.2020.

A disposição geográfica delas, certamente facilitou na atuação e na presença na campanha local pela emancipação dos escravizados e das escravizadas. Em primeiro lugar, porque muitos dos eventos empreendidos pelo Centro Abolicionista ocorreram no Teatro São Pedro, assim como as manifestações públicas que também eram realizadas nas ruas principais da região central – onde muitas delas residiam e puderam acompanhar de suas janelas, calçadas ou varandas. E, em segundo lugar, embora algumas das atividades tenham exigido certo deslocamento das abolicionistas de casa em casa, ainda assim foram desenvolvidas nas próprias vizinhanças e comunidades onde estavam familiarizadas.

De modo geral, as atividades abolicionistas desenvolvidas pelos *Anjos da Caridade* exigiram-lhes um conjunto de habilidades específicas, entre elas o domínio da língua escrita, para dar conta de questões burocráticas exigidas pelo Centro Abolicionista, e a capacidade de exposição ao público. Logo, a maior parte de jovens senhoras deveria possuir bom domínio e acesso à cultura letrada, sendo fruto das primeiras gerações de mulheres que tiveram acesso à uma educação mais institucionalizada. Ainda assim, a base curricular escolar da época era destinada para a

formação doméstica feminina, adequada para o exercício de suas funções matrimoniais e maternas. No Rio Grande do Sul, a Carta de Lei que regia a educação na província desde o início do século XIX, evidenciava sobre essa diferenciação da educação de meninas. Deveriam ser ensinadas a elas as seguintes matérias: Leitura, Escrita, Quatro Operações Aritméticas, Gramática da Língua Nacional, Princípios de Moral Cristã e da Doutrina da Religião Católica Apostólica Romana e Prendas da Economia Doméstica. Essas instituições deveriam também ser regidas por professoras (MUNIZ, BARCELLOS, SANTI, 1993).

No fim do século XIX, contudo, a educação feminina passou a ser foco de vários debates. Especialmente esse era um assunto discutido pelos adeptos e simpatizantes das ideias positivistas, que viam a mulher enquanto um sujeito ativo em tal projeto e lhe atribuíam funções específicas nele. O discurso baseado nas ideias de Augusto Comte, era contrário ao trabalho feminino, de modo que o lar seria o campo de atuação feminino. Para que pudesse dirigir a iniciativa doméstica, a educação dos filhos e o aconselhamento do marido, a mulher não poderia estar exposta à ignorância. Isto é, para ter êxito no desempenho de suas funções, a mulher deveria estudar e “ter clarezas a respeito de tudo” (LEAL, 2003, p. 118).

Como é sabido, o ideário positivista foi muito incorporado pelo Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), organizado em 1884. Julio Prates de Castilhos e Argemiro Galvão eram, em 1884, dois representantes desse projeto político, que alguns anos depois foi concretizado. Esses advogados e políticos foram respectivamente casados com as então abolicionistas Honorina Castilhos e Leopoldina Chaves. No caso do casal Castilhos, a correspondência trocada por eles, meses antes de casarem-se, deixou clara a preocupação do noivo com os estudos de sua futura esposa.<sup>21</sup> Ele cobrava que a futura esposa estudasse todos os dias, tendo organizado para ela um cronograma de estudos onde lhe indicava as leituras clássicas do positivismo (LEAL, 2003). Além disso, ela demonstrava interesse por canto e música, enquanto Castilhos determinava que a noiva deveria se dedicar mais à pintura. Não é à toa que durante a campanha abolicionista ela tenha se destacado mais pela doação de quadros – cuja venda era destinada à compra de alforrias – que por apresentações artísticas – como foi comum para outras de suas colegas de Centro.

Em relação ao casal Galvão, que se uniu em 1886, não temos pistas

---

21 Quem estudou a correspondência trocada entre o casal Castilhos, foi Elisabete Leal (2003). A autora analisou as 16 cartas trocadas entre Julio e Honorina, nos três meses que antecederam o casamento, ele vivendo na Fazenda da Reserva, na região de Santa Maria, e depois em Porto Alegre, e ela em Pelotas.



similares. Pela data do casamento, é provável que no contexto abolicionista Leopoldina ainda não se relacionasse com Argemiro, não sendo assim pressionada por tais parâmetros como Honorina Castilhos já era. É de nosso conhecimento que esta senhora dava aulas de canto e desenho, porém, não sabemos se ela abandonou essa atividade ao casar-se com o republicano. Interessante pontuar que Júlio de Castilhos, inclusive, foi testemunha no casamento de Argemiro Galvão, apontando para a existência de laços afetivos, bem como para um convívio entre essas duas famílias.

Honorina Castilhos e Leopoldina Chaves, tinham em 1884 ou tiveram no decorrer de suas vidas, as concepções positivistas muito presentes. Logo, tratou-se de mulheres bastante intelectualizadas, porém dedicadas à vida familiar e conjugal, sendo a atuação nas causas sociais e filantrópicas (como foi a abolicionista) circunstâncias oportunas de socialização e de envolvimento em atividades distintas. Pelo que sabemos, entre as abolicionistas do Centro, essas duas parecem ter sido minoria, uma vez que os pais e/ou maridos da maioria eram ligados ao Partido Liberal. O que obviamente não significou ausência de expectativas, cobranças e limitações sobre a vidas de todas aquelas mulheres.

Dessa maneira, entre os *Anjos da Caridade* também existiam trajetórias diferentes, cuja intelectualidade foi *autorizada* a ser usada no exercício de algum ofício. Os casos mais significativos entre as abolicionistas foram, ainda, os de Carolina Koseritz e de Amália Iracema Haensel, respectivamente escritora e cantora de ópera – que hoje dão nomes àquelas ruas de Porto Alegre mencionadas no início do capítulo. Curiosamente, das colegas de Centro, elas também foram as que se casaram com mais idade.<sup>22</sup> Carolina casou-se (sobre forte influência da mãe) pela primeira vez em meados de 1892, aos 27 anos, com o militar Rodolfo Brasil, de quem se divorciou anos depois. Amália foi esposa do fotógrafo Jacinto Ferrari, não encontramos a data exata dessa união, mas ambos só começam a aparecer nas fontes nesta condição a partir de 1915, quando ela teria em torno de 50 anos de idade. Fatos que, por sua vez, demonstram excepcional foco por parte das duas abolicionistas em suas próprias carreiras/ trajetórias.

22 Na verdade, Cândida de Oliveira Vale foi a abolicionista que se casou com mais idade, aos 45 anos. Ela uniu-se em matrimônio ao Tenente Coronel José Victorino da Rocha, de 52 anos de idade. O casal recebeu a licença da igreja para casarem-se em março de 1901 (AHCMPA – Ano: 1901, nº 41, caixa: 343, noivo: José Vitorino da Rocha, noiva: Cândida de Oliveira Vale). Cândida era filha legítima e primogênita de João Batista Oliveira Vale e de Cândida Gomes de Oliveira Vale. A mãe faleceu em 1905, sem deixar testamento; tendo sido o viúvo seu inventariante, os bens arrolados resumiram-se a três imóveis residenciais na zona central de Porto Alegre. Não constou o auto de partilha dos bens (APERS – Ano: 1905, nº 166, maço: 41, inventariada: Cândida Gomes de Oliveira vale, inventariante: João Batista de Oliveira Vale)

À altura do abolicionismo, Carolina Koseritz já havia publicado obras de traduções que tiveram ampla repercussão positiva, não só na província, mas também na Corte. Na verdade, meses antes de ter se engajado no abolicionismo local, ela colhia os frutos do seu segundo trabalho. Uma das notas que encontramos na imprensa carioca sublinhou sobre tal publicação:

Literatura – Tivemos ocasião de ler a versão, em prosa portuguesa, do poema *Hermann e Dorothea* do grande poeta alemão Goethe, feita pela inteligente senhora D. Carolina von Koseritz.

Perfeita conhecedora dos segredos das duas línguas, tão rivais, a Sra. D. Carolina deu-nos uma tradução tão amena e tão como soe ser o original do inspirado poeta.

Nós, brasileiros e portugueses, bem temos o que nos orgulhar com este trabalho: - além de tudo, por ser feito por uma mulher, que além dos elogios merecidos, precisa de animação e aplausos. E nunca seremos nós a sonega-los à mulher, onde, rara e timidamente ela entra no campo da literatura. Já conhecíamos a ilustre literata por sua versão do *Requieu*, de Dramor.

Avante! Que é mister aparecer a mulher brasileira (*Campeão Lusitano*, Rio de Janeiro, 26.05.1884, p. 3).

Semelhantes avaliações também foram publicadas na *Gazeta de Notícias* (Rio de Janeiro, 02.04.1884, p. 1), na *Gazeta Literária* (Rio de Janeiro, 31.03.1884, p. 252-253); *Mercantil* (Petrópolis, 06.08.1884, p.1). Todas elas elucidadavam a qualidade de sua escrita, bem como a fidelidade de sua tradução, ainda que, como o trecho citado acima deixa claro, marcada pelas concepções de gênero. Afinal, naquela época era mais aceitável as mulheres serem ouvintes ou leitoras que produtoras de cultura, padrão que determinou a marginalização e a omissão de muitas escritoras brasileiras (MUZART, 1999). Não esqueçamos, ainda, que Carolina Koseritz foi a autora daquele texto que conclamou as mulheres à causa abolicionista, citado anteriormente.

Amália Iracema Haensel, por sua vez, ainda se preparava para alçar uma carreira internacional futuramente, estudando e apresentando-se em palcos regionais. Em Porto Alegre, inclusive, o movimento abolicionista abriu algumas oportunidades para essa jovem mostrar o talento enquanto cantora de ópera. Conforme veremos melhor no decorrer deste capítulo, Amália Haensel e Carolina Koseritz foram duas entre outras colegas do Centro que souberam utilizar de modo muito engenhoso as habilidades que possuíam em prol do abolicionismo, endossando suas performances individuais e projetando-se no mundo público.



Levando em conta que ao se analisar a história de mulheres, não devemos desconsiderar sua interação com os homens, buscamos investigar algumas informações sobre os pais e maridos das abolicionistas, visando nos aproximar de seus universos socioeconômicos no ano de 1884. Durante a leitura das fontes o frequente uso de insígnias de poder antecedendo o nome dessas figuras, como “Dr.”, “tenente”, “coronel” e “general”, já nos indicavam que se tratavam de indivíduos que dispunham de certo prestígio social, *brancos* ou *socialmente brancos*. E, que uma parte das abolicionistas deveria ser filha e/ ou esposa de integrantes do Centro.

A organização das informações sobre suas profissões e ocupações nos permitiram confirmar tais suposições. A definição dessa categoria guiou-se pela forma como os personagens foram identificados na documentação ou mesmo na historiografia existente sobre eles. Sabemos que se trata de classificações frágeis, uma vez que muitos desses homens dedicaram-se a mais de uma ocupação profissional ao longo da vida. Ainda assim, buscamos sistematizar as informações coletadas em dois quadros, o primeiro relacionando todas as abolicionistas aos seus respectivos pais, à ocupação econômica deles e à participação ou não no Centro Abolicionismo; no segundo fizemos o mesmo, mas somente com as abolicionistas casadas, relacionando-as aos respectivos maridos:

**Quadro 3 – Os pais das abolicionistas**

<b>Abolicionistas</b>	<b>Pai</b>	<b>Ocupação</b>	<b>Participação no Centro Abolicionista</b>
Amália Haensel	Frederico Haensel	Comerciante/ político	Não
Alice Fontoura	Ernesto Carneiro da Fontoura	Comerciante	Comissão Libertadora
Cândida de Oliveira Vale	João Batista de Oliveira Valle	-	Comissão Libertadora
Carolina Koseritz	Carlos Von Koseritz	Jornalista/ político	Não
Clara de Abreu e Silva	Florêncio Carlos de Abreu e Silva (falecido)	Político	Não
Elisa Camargo	Antônio Eleutério de Camargo	Político	Não

Honorina de Castilhos	Francisco Antônio da Costa	-	Não
Júlia Dias de Castro	João Dias de Castro (falecido)	Político	Não
Leopoldina Chaves	Joaquim Gonçalves Chaves	Comerciante e militar	Não
Margarida Salgado	Joaquim Pedro Salgado	Militar/ Político	Presidente
Maria Carlota Viera	Manoel José Vieira	-	Não
Maria Jesuína Araponga Gay	Policarpo Araponga do Amaral	Médico	Não
Maria Miguelina Werna	Miguel de Werna	Jornalista	Comissão Libertadora
Maria Mathilde Hasslocher	Germano Hasslocher	Comerciante e jornalista	Comissão Libertadora
Sofia Veloso	Jaime Paradedada Veloso (falecido)	-	Não

Fonte: elaboração da autora.

Com base no levantamento acima, foi possível perceber que os pais de três abolicionistas já eram falecidos em 1884 – Florêncio Abreu e Silva, João Dias de Castro e Jaime Paradedada Veloso. Afora esses casos, cinco das outras 13 senhoras elencadas no quadro compartilharam o espaço do Centro Abolicionista com seus pais. Dessas, quatro eram solteiras (Alice Fontoura, Cândida de Oliveira Vale, Maria Miguelina Werna) e apenas uma era casada - Margarida Salgado, filha do presidente da agremiação, Joaquim Pedro Salgado. A presença deles ao lado das filhas nas Comissões Libertadoras pode também ser entendida como uma forma de supervisão. Levando em consideração que se tratava de famílias abastadas (conforme as ocupações deles deixaram claro), e sendo três deles homens públicos na cidade, era esperado que mantivessem o controle sobre os comportamentos e os corpos das mulheres sob suas responsabilidades. Especialmente em relação às filhas solteiras, era necessário garantir a preservação de suas virgindades, castidade e, conseqüentemente, da honra da família toda.

No que se referiu às senhoras casadas do Centro Abolicionista, a presença dos maridos também se fez presente:

**Quadro 4 – Os maridos das abolicionistas casadas**

<b>Abolicionistas</b>	<b>Marido</b>	<b>Ocupação</b>	<b>Participação no Centro Abolicionista</b>
Alice Fontoura	Silvio Ferreira Rangel	-	Não
Honorina de Castilhos	Júlio Prates de Castilhos	Advogado/ jornalista	Comissão Libertadora
Júlia Köehler Prestes	Severino Prestes	Advogado/ político	Diretório
Margarida Salgado	José Cristino Bittencourt	Militar	Não
Maria Jesuína Araponga Gay	Nemézio Gay	-	Não
Sofia Veloso	Francisco José Veloso	Político	Não

Fonte: elaboração da autora.

Nesses casos, destacam-se os casos de Honorina Castilhos e Júlio de Castilhos, ambos integrantes da Comissão do 3º distrito, e de Júlia Köehler Prestes e Severino Prestes, ela integrante da Comissão Libertadora do 2º distrito. Margarida Salgado, embora o marido não tenha participado da agremiação, já apontamos que o pai era o presidente do Centro Abolicionista.

Além disso, tiveram homens e mulheres que colaboraram de modo mais informal nas atividades, mas que receberam certo destaque nos registros da referida agremiação. Foram os casos de Carlos Koseritz, pai de Carolina Koseritz, e de Nemézio Gay e Policarpo Araponga do Amaral, respectivamente marido e pai de Maria Jesuína Araponga. Podemos destacar também o casal Maria José Palmeiro e Júlio César Leal. Embora ela não tenha integrado oficialmente a agremiação ao lado das demais abolicionistas, veremos adiante que acabou participando da atividade da quermesse. O marido, já mencionado anteriormente, foi integrante do diretório e fundador do Centro ao lado de Joaquim Torres Homem.

Com base nos dados abordados nos dois quadros acima, em relação às ocupações socioeconômicas dos familiares das abolicionistas, foi possível identificar uma significativa presença de comerciantes e profissionais liberais. Alguns deles, inclusive, figuras públicas conhecidas na capital e que ocupavam naquela época cargos políticos, caso dos deputados Antônio

Eleutério de Camargo, Carlos Koseritz, Frederico Haensel, Joaquim Pedro Salgado e do senador Francisco José Veloso. Todos eles filiados ao Partido Liberal. Muitos eram jornalistas ou mesmo correspondentes nos periódicos locais, o que, como veremos, serviu para algumas abolicionistas promoverem e divulgarem suas atividades na campanha. Quanto aos comerciantes, é importante apontar que eles faziam parte do *Clube do Comércio*, onde suas filhas e esposas organizavam festas e eventos, além de socializarem.

Outra característica importante, e que endossa o pertencimento dessas famílias aos universos socioeconômicos referenciados, é o fato de que foram proprietárias de escravos e escravas. Ao investigarmos as cartas de alforrias passadas pelos familiares (pais e/ ou maridos) das abolicionistas, chegamos aos seguintes resultados:

**Quadro 5 – Cartas de alforrias passadas pelos familiares das abolicionistas**

Senhor	Data	Alforriada ou alforriado	Características
Ernesto Carneiro da Fontoura	22.08.1884	Bendita	Gratuita com cláusula de prestação de serviço
	22.08.1884	Felisberta	Gratuita com cláusula de prestação de serviço
Francisco Antônio da Costa	28.11.1879	Perpétua	Paga e imediata
	19.12.1881	Mathias	Imediata
	24.01.1883	Mercedes	Gratuita e imediata
João Batista de Oliveira Vale	10.05.1867	Balduíno	Paga e imediata
Joaquim Gonçalves Chaves	20.05.1876	Maria de Nação	Gratuita e imediata
Joaquim Pedro Salgado	09.03.1870	Maria Emília	Gratuita com cláusula de prestação de serviço
	09.06.1876	Arão	Gratuita e imediata
Policarpo Araponga do Amaral	10.02.1871	Maria Tomásia	Gratuita e imediata
	16.03.1871	Conrada	Gratuita e imediata
	16.03.1871	Rosalia	Gratuita e imediata

Fonte: elaboração da autora.

Os senhores apontados no quadro acima eram respectivamente os pais de Alice Fontoura, Honorina Castilhos, Cândida de Oliveira Vale, Leopoldina Chaves, Margarida Salgado e Maria Jesuína Araponga. A maior parte das alforrias datam da década de 1870, momento de repercussão da Lei do Ventre Livre (1871), e pontuam a liberdade imediata às alforriadas e aos alforriados. Fatos que, por sua vez, indicam a contribuição dessas famílias com o abolicionismo local desde antes do movimento estourar com força, e, até mesmo uma provável posição desses indivíduos quanto ao fim da escravidão. O pai de Alice Fontoura, entretanto, apresentou-se como uma exceção, pois somente no contexto das campanhas libertadoras do Centro é que registrou as alforrias das duas escravas, tendo feito de forma condicional, visando explorar a mão de obra delas por mais um tempo. Pelas datas, é possível que as abolicionistas tenham convivido apenas uma pequena parte de suas vidas com aqueles escravizados e/ou escravizadas pertencentes à família. Contudo, as alforrias também foram em maior medida destinadas às cativas, o que pode ter incidido de alguma forma na posterior atuação na campanha pelo fim da escravidão.

Destacamos dessas famílias, o caso dos Dias de Castro, pois encontramos mais de trinta cartas de liberdade registradas pelo pai da abolicionista Júlia, individual e em conjunto com a esposa, Josefa Machado Dias de Castro. João Dias de Castro foi Vice-Presidente da província pelo Partido Conservador, assumindo a administração entre 12 de setembro e 20 de outubro de 1871. (MOREIRA, 2013). Das cartas registradas pela família, a última, datada de 30 de agosto de 1884, foi justamente passada pela abolicionista Júlia Dias de Castro. Em relação às colegas do Centro Abolicionista, somente essa senhora e Isabel Perpétua Gonçalves tiveram a oportunidade de contribuir de tal modo. A primeira, em 1884, era solteira e o pai já falecido - o que lhe proporcionou um pouco mais de autonomia civil; enquanto a segunda, era viúva e administradora de seus negócios. O documento feito por Júlia de Castro foi em benefício da escrava de nome Branca, de modo gratuito e imediato, ou seja, sem cláusulas de prestação de serviços.<sup>23</sup> Característica que, por sua vez, tomamos como indicativo do posicionamento da abolicionista frente à causa. Não encontramos vestígios nas fontes sobre qual foi a posição das demais abolicionistas frente à forma de encaminhamento da transformação do trabalho, se gradual ou imediata. De modo que não tomamos as 23 abolicionistas como um grupo homogêneo, acreditamos que elas divergissem nesse tópico - tal qual ocorreu entre os homens do Centro Abolicionista.

Por fim, é necessário pontuar algumas relações sociais de maior

23 APERS – Tabelaionato do município de Porto Alegre, Registros Diversos, livro 27, p. 198.

proximidade que se estabeleciam entre os e as integrantes do Centro Abolicionista, principalmente de natureza social, mas também de laços étnicos e por vezes familiares. Entre as famílias Haensel, Hasslocher e Koseritz existiam laços étnicos, uma vez que eram todas famílias de imigrantes alemães. Os pais de Amália Haensel e de Carolina Koseritz, foram ambos alemães que vieram ao Brasil como legionários contratados para atuarem na Guerra contra Oribe e Rosas (1851-1852) a serviço do império brasileiro (integraram a Legião Alemã de soldados Brummer) e primeiros deputados provinciais do Rio Grande do Sul de origem alemã (PIASSINI, 2017, p. 15). Portanto, compartilhavam e conviviam na cena pública de Porto Alegre - fatos que, mesmo indiretamente, atingiam suas famílias.

Por outro lado, entre Amália Haensel e Maria Matilde Hasslocher, também se somavam ligações familiares. A mãe de Amália, Ernesta Hasslocher Haensel, provavelmente era irmã ou prima de Germano Hasslocher, pai de Maria Mathilde. Além disso, percebemos vestígios da proximidade familiar no fato de que Ernesta Hansel foi escolhida por Amália Haensel para ser madrinha em seu casamento com Artemon Mazon.<sup>24</sup> Frederico Haensel (pai de Amália Haensel) também foi sócio do avô de sua esposa, Nicolau Hasslocher, na empresa conhecida como Haensel & Hasslocher, uma das proprietárias do vapor Guaíba. Essa união, tanto a matrimonial quanto a econômica, representou o enlace das duas famílias (PIASSINI, 2017, p. 86).

É provável que senão todas, talvez boa parte, das integrantes dos *Anjos da Caridade* já se conhecesse antes da atuação conjunta no abolicionismo. Certamente se encontravam em eventos citadinos, em espaços tradicionalmente frequentados por suas famílias, como os espetáculos no Teatro São Pedro, e os bailes do Clube Comercial e do Salão da *Soirée*. Especialmente em relação ao espaço do teatro, mesmo antes do contexto abolicionista, o nome de várias dessas personagens já aparecia juntos em anúncios de espetáculos em benefícios, oferecidas ao “gentil sexo Porto Alegrense”, das quais elas eram apontadas como representantes. (*A Federação*, 23.04.1884 e 24.04.1884, p. 3). Fato que, por sua vez, reforça a pré-existência de uma interação social entre elas.

---

24 AHCMPA – ano: 1885, nº 338, caixa: 317, noivo: Artemon Mazon, noiva: Maria Matilde Hasslocher.

### 3 ISABEL PERPÉTUA GONÇALVES: BREVES APONTAMENTOS DE UMA BIOGRAFIA EXCEPCIONAL

Isabel Perpétua Gonçalves de Medeiros constituiu-se num caso excepcional em relação ao núcleo feminino do Centro Abolicionista de Porto Alegre. Quando participou das atividades empreendidas por essa agremiação, ela era uma senhora de 63 anos de idade, viúva do Major Manoel Alves de Medeiros, falecido em 1874, com quem não teve filhos e de quem foi a segunda esposa.<sup>25</sup> Isabel Gonçalves era administradora legal de seus, assumidos por ela após a morte de Manoel de Medeiros, principalmente da fazenda em Pedras Brancas, onde morava e de onde tirava seus proventos econômicos por meio da criação de gado bovino.<sup>26</sup> Tratava-se de uma mulher que, se não analfabeta, com uma alfabetização muito frágil, uma vez que nas documentações judiciais e nos registros cartoriais em que identificamos seu nome, no geral foram conduzidos por procuradores. Certamente seus conhecimentos não iam muito além da leitura, escrita e das operações matemáticas básicas, essenciais para que ela mantivesse os negócios em ordem.

Isabel Perpétua era, assim, uma mulher da estância, ambientada na zona rural, cujos hábitos e padrões sociais eram substancialmente diferentes daqueles citadinos que falávamos anteriormente. No caso do Rio Grande do Sul, local marcado pelas lutas e pela consolidação da fronteira até mais ou menos a década de 1870, a situação concreta das mulheres abastadas da campanha diferenciou-se muito daquelas que viviam nas cidades. Com a situação de guerra que mantinha os homens fora por longos períodos, as esposas eram obrigadas a assumirem periodicamente a direção da

25 Com a primeira esposa, Manoel Alves de Medeiros teve cinco filhas (Maria Luiza Alves de Medeiros, Maria da Conceição Alves de Medeiros, Maria Manoela de Medeiros Pires, Maria do Carmo Medeiros Pires e Maria José Alves de Medeiros) e um filho (Marciano Alves de Medeiros). (APERS – Data, 01/01/1874, nº 483, inventariado: Major Manoel Alves de Medeiros, inventariante: Isabel Perpetua Gonçalves de Medeiros).

26 No inventário de Manoel Aves os bens arrolados referiram-se a algumas propriedades em Pedras Altas, a fazenda e a casa da família com o mobiliário descrito, 8 escravos (5 homens e 3 mulheres), e inúmeros animais de criação que nos apontaram, então, tal atividade econômica. Foram elencados: 1806 rezes chucras de criar, 144 novilhos, 208 rezes mansas de criar, 30 bois mansos, 150 éguas xucras de criar, 6 éguas mansas, 4 potros, 53 cavalos mansos e 130 ovelhas (APERS – Data, 01/01/1874, nº 483, inventariado: Major Manoel Alves de Medeiros, inventariante: Isabel Perpetua Gonçalves de Medeiros, p. 12).

A atividade pecuarista foi bastante intensa em Pedras Brancas, uma vez que essa região oferecia boas condições de acesso e de menores distâncias em relação ao comércio com as cidades do outro lado do lago Guaíba, principalmente Porto Alegre. Além disso, outros fatores como significativas áreas de terras planas e de vegetação menos densa também facilitavam o desenvolvimento da pecuária, especialmente a apreensão e o transporte dos animais (BARBOSA, 2012, p. 13).



estância e dos negócios, tomando frente das atividades econômico-financeiras (PESAVENTO, 1991, p. 63). Isabel Gonçalves certamente vivenciou experiências afins, as quais podem ter contribuído para que ela se mantivesse à frente dos negócios de sua fazenda até sua morte, em 1901.

Uma vez que, geográfica, social e culturalmente Isabel Gonçalves estava distante das demais abolicionistas, é muito provável que a relação entre essa senhora e as outras 22 companheiras de Centro não tenham sido estreitadas. Acreditamos, então, que ela tenha agido de uma maneira mais individualizada. Sua atuação no abolicionismo organizado não recebeu atenção na imprensa por parte do Centro Abolicionista, assim, não encontramos evidências sobre como Isabel Gonçalves conduziu sua participação nas campanhas de ruas em Pedras Brancas.<sup>27</sup> Todavia o convencimento da vizinha senhorial a emanciparem seus escravos e escravas, não deve ter sido algo difícil para uma senhora que, ao que tudo indica, era bem relacionada nas redondezas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do artigo foi possível perceber que as chamadas “Anjos da Caridade” constituíam um grupo composto por jovens senhoras, porto-alegrenses na maioria, recém-casadas ou em vias de contrair matrimônio. Algumas eram filhas ou esposas de integrantes da agremiação e todas pertenciam aos círculos abastados da sociedade, possuindo bom domínio da cultura letrada. Residentes na região central da capital, estavam acostumadas a frequentar eventos culturais citadinos, como os espetáculos teatrais e bailes. Diferente do perfil predominante, encontramos Isabel Perpétua Gonçalves, uma senhora mais velha, viúva, ambientada na zona rural, proprietária e administradora de sua fazenda.

Enfim, consideramos ainda incompleto o perfil traçado das integrantes do Centro Abolicionista, de modo que as componentes do grupo podem ser melhor investigadas individualmente. Por outro lado, acreditamos que mesmo assim já foi possível iluminar a memória dessas mulheres que até então permaneciam nas sombras dos homens, tanto na documentação histórica, quanto na historiografia do assunto.

---

27 APERS – Protestante Isabel Perpétua Gonçalves de Medeiros, Protestado Isidoro Belmonte Ursua de Montajol. Data 01/01/1884, nº 2344, Porto Alegre.

## REFERÊNCIAS

- BAKOS, Margaret. *RS: escravidão & abolição*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.
- BARBOSA, Michel da Silva. *Parente e aliados: o compadrio entre escravos da freguesia de nossa senhora do livramento das Pedras Brancas (1842-1872)*. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.
- BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- CARDOSO, Lourenço. *O branco ante a rebeldia do desejo: um estudo sobre branquitude no Brasil*. 2014. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de São Paulo, Araraquara, 2014.
- CHARLE, Christophe. *História de elite e método prosopográfico*. In: HEINZ, Flávio M. (org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- FORTES, Amyr Borges; WAGNER, João B. S. *História Administrativa, Judiciária e Eclesiástica do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora Globo, 1963.
- GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. O nome e o conto: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlos; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo (org.). *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1989, p.165-178.
- HARKOT-DE-LA-TAILLE, Elizabeth; SANTOS, Adriano Rodrigues dos. *Sobre escravos e escravizados: percursos discursivos da conquista da liberdade*. III Simpósio Nacional Discurso, Identidade e Sociedade (III SIDIS) dilemas e desafios na contemporaneidade. Unicamp, São Paulo, 2012.
- INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL (IHGRS). *Preservação do acervo cartográfico do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Disponível em: [https://www.ihgrgs.org.br/mapoteca/cd\\_mapas\\_rs/CD/CapVII.htm](https://www.ihgrgs.org.br/mapoteca/cd_mapas_rs/CD/CapVII.htm). Acesso em: 30 jun. 2020.
- KITTLESON, Roger. Women and notions of womanhood. In: SCULLY, Pamela; PATON, Diana (ed.). *Gender and Slave*. Emancipation in the Atlantic World. Durham and London: Duke University Press, 2005, p. 99-117.
- \_\_\_\_\_. *The Practice of Politics in Postcolonial Brazil: Porto Alegre, 1845–1895*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2006.
- LEAL, Elisabete. Castilhos e Honorina: fragmentos biográficos em cartas de amor. *Métis: história & cultura*, v. 2, n. 3, p. 109-127, 2003.

- LEVI, Giovanni. *A Herança Imaterial: a trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- MOREIRA, Paulo Staudt. *Os cativos e os homens de bem: experiências negras no espaço urbano. Porto Alegre – 1858-1888*. Porto Alegre: EST Edições, 2003.
- \_\_\_\_\_. Ingênuas mortes negras: doenças e óbitos dos filhos do ventre livre (Porto Alegre RS – 1871/ 1888). *Revista território & fronteiras*, Cuiabá, v. 6, n. 2, 2013.
- MONTI, Verônica A. *O abolicionismo: sua hora decisiva no Rio Grande do Sul -1884*. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1985.
- MUZART, Zahidé L. (org.). *Escritoras brasileiras do século XIX: antologia*. Florianópolis: Editora mulheres, Santa Cruz do Sul; EDUNISC, 1999. v. 1.
- MUNIZ, Paulo Ricardo, BARCELLOS, Jorge Alberto Soares e SANTI, Rita. *Lugar de Mulher: pequena história da educação feminina em Porto Alegre (1820 -1940)*. Porto Alegre: Unidade Editorial, 1993.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Mulheres e história: a inserção da mulher no contexto cultural de uma região fronteiriça (Rio Grande do Sul, Brasil). *Travessia*, n. 23, p. 54-72, 1991.
- PIASSINI, Carlos Eduardo. Imigração alemã e política. *Os deputados provinciais Koseritz, Kahlden, Haensel, Brügggen e Bartholomay*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2017.
- ROEDIGER, David. E se o trabalho não fosse branco e masculino? Recentrando a história da classe trabalhadora e estabelecendo novas bases para o debate sobre sindicatos e raça. In: FORTES, Alexandre. et al. *Cruzando fronteiras: novos olhares sobre a história do trabalho*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2013. p. 29-59.
- SCHUCMAN, Lia Vainer. *Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana*. 2012. Tese (Doutorado em Psicologia) – Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Estadual de São Paulo, São Paulo, 2012
- STONE, Lawrence. Prosopografia. *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba, UFPR, v. 19, n.39, p. 115-137, 2011
- WARE, Vron. (Org.). *Branquidade: identidade branca e multiculturalismo*. Rio de Janeiro: Garamond Universitária / Centro de Estudos Afro-Brasileiros, 2004.

ZUBARAN, Maria Angélica. *Slaves and Contratados: the politics of freedom in Rio Grande do Sul, Brasil, 1865-1888*. Tese (Doutorado em História). State University of New York at Stony Brook, New York, 1998.

Recebido em 08/09/2020

Aprovado em 09/11/2020